

Entrevista

Orlando Alves

Montalegre volta a acolher por estes dias mais uma edição da feira do Fumeiro. Entrevistado na Rádio Antena Minho e Correio do Minho, o presidente da Câmara apela aos emigrantes para ajudarem a dinamizar a economia local.

ORLANDO ALVES vai-se recandidatar a mais um mandato autarquico para continuar o trabalho de valorização do 'país barrosão'.



FLÁVIO FREITAS

FEIRA DO FUMEIRO É A MONTRA DO MUNDO RURAL DE MONTALEGRE

| Rui Alberto Sequeira e José Paulo Silva |

P – Decorre até amanhã (26 a 29 de janeiro) mais uma edição da Feira do Fumeiro de Montalegre. É a edição vigésima sexta de uma iniciativa que foi das primeiras, senão mesmo a primeira que surgiu em Portugal. Trata-se de um certame consolidado. É a expressão máxima do mundo rural do concelho de Montalegre?

R – A Feira do Fumeiro é a montra do mundo rural de Montalegre pela oportunidade que a região soube criar em atrair para o seu território um vastíssimo número de visitantes que têm a oportunidade, a partir de um determinado produto, para fazer uma leitura, uma apreciação e uma visualização de todo o potencial do 'país barrosão'. Não será a expressão máxima porque incide sobre uma componente da vida económica, social e cultural do concelho que é o fumeiro. Montalegre é nesse contexto muito mais do que isso.

P – O fumeiro é, contudo, e dentro do sector primário, o que tem mais peso económico no município de Montalegre.

R – Seguramente. São 200 pequenas indústrias familiares, caseiras que absorvem - quase diria por completo - um agregado familiar que também trabalha nos campos de onde retira a alimentação para os animais. O segredo da Feira do

Fumeiro é a diferenciação das carnes conseguidas com o recurso aos produtos locais, dos produtos que a terra dá.

P – Têm conseguido manter essa matriz ao longos destes anos em que a feira existe?

R – Sim, sem qualquer dúvida. Essa matriz perdura. Mesmo com o envelhecimento da nossa população, o território barrosão ainda continua a ser um jardim trabalhado pelas pessoas que habitam as zonas rurais. Os produtores presentes na feira continuam a ser todos do concelho.

P – A Feira do Fumeiro tem preços tabelados e obrigatórios que são cumpridos pelos cerca de 90 produtores presentes. Esses preços têm sofrido poucas oscilações ao longo dos anos. A câmara, a organização tem tentado refrear a ansia que é natural, dos produtores em aumentar os preços de venda ao público. O sucesso da feira também passa por estes aspectos?

R – Certamente. É necessário saber conter o ímpeto que as pessoas têm, muitas vezes de uma forma especulativa, em conseguir num fim de semana grandes proventos. Normalmente esta lógica dá mau resultado e conduz à morte das iniciativas. O nosso trabalho passa por sensibilizar os produtores para um mercado global que produz em grande quantidade e que não se compadece com a qualidade dos produtos.

P – Uma das lacunas continua a ser no concelho de Montalegre, a falta de investimento em unidades de transformação ligadas ao fumeiro.

R – Existe apenas uma unidade, mas existe um potencial enorme para este tipo de unidades industriais. Montalegre pode produzir fumeiro e presunto de qualidade numa perspetiva mais industrial, a preços competitivos para colocar no mercado, sem que isso colida com a realização da Feira do Fumeiro.

P – Teríamos uma Feira do Fumeiro com características 'gourmet'?

R – Teria essa vertente. É surpreendente que no 'país barrosão', uma terra que é essencialmente de emigração, onde há emigrantes que são 'podres de rico' - expressão é esta - onde há felizmente compatriotas muito bem-sucedidos, não existe ninguém que se aventure a fazer uma aplicação financeira na sua terra, para além da construção da casa e pouco mais. Isto que eu disse mereceria que os homens da sociologia fizessem um estudo para tentar perceber o que se passa. Eu todos os anos vou a uma feira em Nanterre (França) fazer a promoção do território e dos produtos locais, faço esse apelo junto dos nossos emigrantes e também para que venham de tempos a tempos ocupar as suas casas porque essa é uma outra forma de animar a economia local.

P – Investidores de fora do concelho de

Montalegre também não aparecem para apostarem na criação das unidades de transformação alimentar?

R – Não há. Quando aparecer alguém que crie uma unidade de produção /transformação seja de que produtos for, que empregue pelo menos dez pessoas, a câmara de Montalegre oferece o terreno, construímos o pavilhão e acordamos num aluguer do espaço por um determinado período de tempo. O investidor pagará uma renda simbólica de 100 euros por mês.

P – Mas há razões mais objetivas que afastem os investidores de Montalegre?

R – Tem uma matriz cultural muito forte. Somos um povo que só se sente verdadeiramente patriota quando joga a seleção. Temos que aprender a gostar do nosso país e a respeitar os símbolos. Habitámo-nos sempre a políticas de dependência do estado. Exigimos muito do estado que nem sempre pode acudir-nos, mas esquecemos também os nossos deveres. Continuamos a apreciar o produto importado em detrimento da produção nacional; o que é perfeitamente ruinoso para a economia nacional. Aqueles que emigraram foram gente a quem o país nada deu. Saíram de uma terra pobre, de uma vida difícil, de uma aldeia recôndita e foram para uma grande capital mundial, Paris. O deslumbramento da grande metrópole fez com que as pessoas muitas vezes desvalorizassem as terras de onde saíram, ficando pelas suas casas de férias que frequentam

Orlando Alves

NÃO HÁ TERRA COM TANTA QUALIDADE DE VIDA COMO O TERRITÓRIO BARROSÃO

uma vez por ano. O apelo que faço aos nossos emigrantes é no sentido de fazerem um esforço e que venham mais vezes à sua terra para animar a economia local. Claro que há muitos que lembram logo os maus tratos do sistema bancário, onde depositaram as suas economias e foram lesados.

P – Vai recandidatar-se à presidência da Câmara Municipal de Montalegre nas autárquicas deste ano?

R – Sim. Já fui designado na comissão política e obviamente que eu sinto que fiz bem este primeiro mandato. Sinto aliás que fiz muito bem. Sou sempre muito pragmático e muito realista. Sempre consciente que por muito que eu faça, que a minha equipa faça, que os barrosões façam, a verdade é que assistimos ao despovoamento e ao envelhecimento da nossa população; assistimos à nossa incapacidade renovar o tecido social. Tudo aquilo que se faça é sempre pouco. Não há terra nenhuma com tanta qualidade de vida como o ‘país barrosão’. A verdade é que não havendo empregos, as pessoas têm de sair.

P – Nestes quase quatro anos em que está como presidente da câmara de Montalegre tem constatado que continua a existir perda de população?

R – Sim. Digo-o com toda a frontalidade. Apanhei a crise, a austeridade projectada para níveis assustadores, muito para além daquilo que a nível político seria exigível. Isso teve reflexos no tecido social e houve muita gente que emigrou.

P – Apanhou também durante este seu mandato o início de um novo QCA – Quadro Comunitário de Apoio que tardou a ser implementado.

R – Apanhei o encerramento do QREN e o início do ‘Portugal 2020’. Existiu um hiato que nos permitiu trabalhar o Pacto do Alto Tâmega. Na Comunidade Intermunicipal somos seis municípios e ali não há colorações políticas. As decisões são tomadas por unanimidade, mas não existe dinheiro. No âmbito desse pacote financeiro que nos foi atribuído aquilo que esta contratualizado para o Município

de Montalegre são sete milhões de euros. Nestes sete milhões há verbas importantes que não são geridas pela autarquia. À camara cabe gerir um pacote financeiro de três milhões de euros até 2022. É uma insignificância, mas temos de aprender a viver com o que temos.

P – Onde vão aplicar esse dinheiro?

R – Há um vasto conjunto de obras que são financiadas pelos dinheiros comunitários e outras pelo orçamento municipal. O pacto define os investimentos. Temos em marcha o cadastro dos saneamentos e da rede de águas para em futuros quadros comunitários podermos candidatar-nos para financiamento naquela vertente. Temos em marcha os regadios, a Área de Reabilitação Urbana de Montalegre que tem uma dotação de 1 milhão e 200 mil euros, aproximadamente. Vamos avançar muito em breve com a construção do Arquivo Municipal que será uma obra emblemática. Temos a requalificação do castelo que está neste momento em fase de concurso e que será como que um abrir de portas à sala de visitas de Montalegre, que nestes quase 30 anos que tenho de câmara, esteve sempre fechado. O castelo é património do estado, fizemos o projecto, acordámos com a direcção regional da cultura a candidatura à qual conseguimos dar prioridade. Está aprovada, está no terreno. As propostas vão chegar, vão ser analisadas e depois dar-se-á início à obra. Temos 135 aldeias e quatro saneamentos que vamos fazer sem ajuda alguma. Tenho a estrada de Montalegre a Chaves por Vilar de Perdizes. É um investimento de três milhões de euros que vai ser concretizado com o pacote financeiro do próprio Município, sem ajuda absolutamente nenhuma. As obras ainda não começaram porque há um contencioso que está a ser dirimido em tribunal dado que os concorrentes não aceitaram a decisão do concurso. Temos também em marcha - finalmente - o processo de compra ao estado da Quinta da Veiga. São 700 mil euros que vamos despendar para ter a posse daquele espaço. Temos a Urbanização de Salto onde estão previstos investimentos de 500 mil euros. Os campos de futebol de Salto e Vilar de Perdizes vão dei-



xar de ser em terra e passam a ter relva sintética. Há um outro projecto que eu gostava de sublinhar e que tem a ver com a iluminação pública do concelho. Vamos substituir todas as lâmpadas de mercúrio que existem no concelho - quase dez mil - e que libertam carbono, por iluminação LED.

P - Em relação à aquisição da Quinta da Veiga, uma antiga pretensão da edilidade, presume-se que não vai a tempo de ainda fazer obra naquele espaço durante o tempo que resta deste primeiro

mandato autárquico?

R - Não, de maneira nenhuma. Aquilo que eu penso que será sensato fazer é um concurso de ideias onde se alinhe um determinado objetivo. Em 115 hectares pode fazer-se muita coisa, por exemplo: o museu do mundo rural, continuar a ser um espaço para a formação de jovens agricultores tem um sistema de rega notável, um lago. Há todo um potencial que tem de ser trabalhado politicamente e também tecnicamente com vários sectores, entre eles o do turismo e da agropecuária.



FLÁVIO FREITAS

P - O tempo seco e com pouca chuva começa a ser preocupante?

R - Este tempo climático é o prenúncio de uma desgraça. Temos de ter consciência disso. Quando ouço dizer na comunicação social que está muito bom tempo porque a temperatura está alta ou porque não chove, para mim quando chove é quando está bom tempo principalmente na época em que tem de chover. Estamos a atravessar um período de seca terrível que é preocupante. Começamos a ter problemas com o abastecimento domiciliário de água.

P - O turismo e em especial o desporto assume cada vez mais importância económica para Montalegre.

R - Temos a sustentabilidade económica ancorada numa série de acontecimentos culturais e desportivos com os quais nos temos vindo a dar bem e que temos o dever de exponenciar. A 'sexta-feira 13' é um fenómeno de presença humana, de consumo e de animação de rua que é indiscutível. A Feira do Fumeiro, o Congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes, as provas do campeonato do mundo de 'Rally Cross', são aconteci-

TENHO A CONSCIÊNCIA DE TER FEITO UM BOM PRIMEIRO MANDATO

mentos que marcam o nosso desenvolvimento económico e social. Temos em marcha o processo de renovação por mais cinco anos do protocolo com a entidade que faz a gestão do campeonato do mundo de 'Rally Cross'. As negociações estão praticamente concluídas. Mas atenção, a renovação obriga a investimentos na pista na ordem dos 2 milhões de euros nos próximos cinco anos.

P - Há espaço de crescimento para o alojamento turístico?

R - Claro que existe, mas obviamente que não se constrói um hotel a pensar num acontecimento. Antes de existirem todas aquelas actividades que já referi, a oferta hoteleira em Montalegre era residual. Hoje é incomensuravelmente maior e há espaço para mais. Aí está uma outra vertente em que os nossos emigrantes podem e devem apostar.

P - O turismo natureza é outra vertente que a câmara pretende explorar. Na Feira do Fumeiro estará presente o ministro do Ambiente, vai ser uma oportunidade de abordar um projecto em parceria com a edilidade de Boticas no âmbito da classificação de uma área do território como património da UNESCO

R - Tem uma mais valia extraordinária essa classificação. Os técnicos da FAO já estiveram no território (Montalegre e Boticas), levaram as melhores impressões. O projeto está a ser trabalhado pelas Universidades do Minho e de Trás-os-Montes. Há uma série de entidades que estão agregadas a este projeto e iremos apresentá-lo em tempo próprio. Acredito que vamos ser bem sucedidos. Será um selo de garantia, de qualidade para podermos considerar o turismo da natureza como uma âncora da nossa sustentabilidade.

P - Em matéria de localização o território é candidato a património natural da UNESCO inclui o Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG)?

R - Abrange o PNPG que é, aliás, um dos sustentáculos para sermos bem-sucedidos nessa candidatura.

P - E em relação ao PNPG, como é que está o relacionamento da autarquia com as entidades que o tutelam?

R - Não podemos considerar que o relacionamento seja saudável quando nós não conhecemos a entidade com quem temos de nos relacionar. Nunca concordei que o PNPG não tivesse um diretor. Tem de ter a presença de um diretor que perceba da 'poda'. Passaram pelo Parque muitos diretores que eram homens do aparelho político e que disto não percebiam nada. Tem de se entregar a gestão do parque a uma equipa liderada por alguém que saiba pensar o território e que saiba relacionar-se com as populações.

P - No entanto a nomeação de um diretor para o PNPG, não está nos planos do governo.

R - Já conversei com o ministro do Ambiente sobre o assunto. O ministro não entende assim, mas haverá um dia em que este processo terá de ser repensado. O PNPG para ser verdadeiramente um parque nacional tem de ter políticas muito concretas e ter alguém que saiba criar uma coesão que envolva todos os habitantes da área protegida e os leve a perceber os benefícios que podem advir de determinadas políticas serem implementadas no PNPG. O ministro vem ao território para participar na Feira do Fumeiro e teremos novamente a oportunidade de conversar sobre o Parque, até justificando as minhas permanentes ausências das reuniões em que os assuntos são trabalhados. A Câmara Municipal de Montalegre está naturalmente representada pelo vice-presidente David Teixeira.

P - A EDP tem uma forte presença no concelho de Montalegre resultante da existência de um conjunto de empreendimentos hidroelétricos. Advém desta presença uma importante fonte de receitas para a câmara.

R - Sem dúvida. Uma receita importante. Temos de referir que a EDP ajudou a desenvolver o concelho de Montalegre. Neste momento temos as rendas de concessão, de que a câmara é beneficiária. Há contratos-programa de que a autarquia foi também beneficiária pela circunstância de ultimamente a EDP ter feito grandes investimentos no nosso território. É uma empresa muito ligada aquilo que é todo o potencial que o concelho ainda pode mostrar. A energia produzida no concelho de Montalegre representa 200 milhões de

Orlando Alves

“

É surpreendente que numa terra de emigração, com emigrantes muito bem-sucedidos, ninguém que se aventure a investir na sua terra, para além da construção da casa.”

“

Montalegre tem a sustentabilidade económica ancorada numa série de acontecimentos culturais e desportivos, com os quais nos temos vindo a dar bem e que temos o dever de exponenciar.”



FLÁVIO FREITAS

euros no Produto Interno Bruto nacional. A EDP não tem culpa que o nosso território não usufrua de uma derrama maior ou que os impostos sejam pagos em Lisboa e não no local onde a energia é produzida. Em matéria de IMI vem aí um ‘sapatinho recheado’ que irá trazer 4 milhões de euros/ano. É o resultado da avaliação decorrente do cálculo do Imposto Municipal sobre Imóveis. Fez-se uma primeira avaliação: a EDP contestou. Realizou-se uma segunda avaliação que já determinou - em função das tabelas de cálculo do IMI para as barragens e para os parques eólicos - que o concelho de Montalegre irá ter o tal ‘sapatinho recheado’. Pelos resultados que nos são fornecidos pelos serviços de finanças, ronda os 4ME por ano. Sendo a EDP o potentado económico e financeiro que sabemos, tendo á sua frente pessoas com tanto poder como os ministros e possuindo um corpo de juristas altamente avalizados, a EDP vai andar nos próximos

anos a adiar o processo e daqui por uma dezena de anos, Montalegre irá receber aquilo a que tem direito. Eu gostaria que esse dinheiro começasse já a entrar nos cofres do Município.

P – Qual é para este ano o montante do orçamento da câmara?

R – Em 2017 vamos ter uma verba de 22ME.

P- Mais do que em 2016?

R – É mais. Tem a incorporação daqueles 5ME que vêm dos fundos comunitários.

P – Em entrevistas anteriores mencionou um projecto que a edilidade liderou relacionado com a produção da batata de semente, através da criação de incentivos aos produtores. Está a ter sucesso?

R – Muito sucesso!! Basta referir que conseguimos o reconhecimento público

⦿ Perfil

Orlando Alves é presidente da Câmara Municipal de Montalegre, a cumprir o seu primeiro mandato, depois da sua eleição nas autárquicas de 2013. É professor de carreira. Nasceu em Salto, onde reside. Foi fundador e comandante dos Bombeiros Voluntários daquela freguesia montalegrense. Apreciador de música, esteve na génese do Grupo de Cantares de Salto. Politicamente iniciou as suas funções na Assembleia de Freguesia de Salto. Foi vereador eleito pelo Partido Socialista na autarquia de Montalegre, cumprindo dois mandatos na oposição. Desempenhou ainda as funções de vice-presidente da Câmara.

de que Montalegre é o único concelho do país com qualificação para a produção de batata de semente. O reconhecimento é dado pela União Europeia. Conseguimos congregar à volta deste desiderato um conjunto alargado de produtores que têm vindo a crescer e que faz com que a última produção ultrapasse as 140 toneladas. Mais uma vez temos o concelho de Montalegre a contribuir para o PIB nacional porque são importações que se deixam de fazer. Foi um projecto que a autarquia liderou e que tem feito o seu caminho.

Entrevista disponível em vídeo
Youtube [RadioAntenaMinho Braga](https://www.youtube.com/RadioAntenaMinhoBraga)



Podcast www.antena-minho.pt